REVISTA DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO

ESCOLARIZAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE/COM SURDOS: OS ENTRELAÇOS DO COTIDIANO ESCOLAR

SCHOOLING AND INCLUSIVE EDUCATION FOR / WITH DEAF PEOPLE: THE INTERTWINES OF SCHOOL DAILY LIFE

Larissa Mota de Cerqueira[1]
Juliana Cristina Salvadori[2]

RESUMO: Este artigo discute a escolarização de alunos surdos questionando como a inclusão do estudante surdo altera o cotidiano escolar e impacta as discussões sobre a diferença. Para tanto, o texto apresenta reflexões a partir dos marcos legais inclusivos na educação e das discussões teóricas e conceituais sobre cotidiano escolar com Ferraço (2006) e Alvez; surdez com Skliar (1999) e Strobel (2009); inclusão com Miranda (2006); e Experiências com Larrosa (2002), entre outros, e de dados a partir de levantamento realizado em revisão sistemática utilizando banco de dados de dissertações e teses das Universidades Públicas na Bahia e artigos oriundos do Congresso Baiano de Educação Inclusiva Como metodologia partimos da abordagem qualitativa Gil (2010) se compromete a apresentar resultados embasados na teoria e nos dados obtidos em revisão sistemática e no mapeamento da escolarização de surdos na rede estadual em Conceição do Coité.

Palavras-chave: Alunos surdos. Inclusão. Cotidiano escolar. Escolarização.

RESUMEN: Este artículo analiza la escolarización de los estudiantes sordos y se pregunta cómo la inclusión del estudiante sordo altera la rutina escolar e impacta las discusiones sobre la diferencia. Con este fin, el texto presenta reflexiones de los marcos legales inclusivos en educación y de discusiones teóricas y conceptuales sobre la vida escolar con Ferraço (2006) y Alvez; sordera con Skliar (1999) y Strobel (2009); inclusión con Miranda (2006); y Experiencias con Larrosa (2002), entre otros, y datos de una encuesta realizada en una revisión sistemática utilizando una base de datos de disertaciones y tesis de universidades públicas en Bahía y artículos del Congreso de Educación Inclusiva de Bahía Como metodología, partimos del enfoque cualitativo Gil (2010) se compromete a presentar resultados basados en la teoría y los datos obtenidos en una revisión sistemática y en el mapeo de la escolarización para sordos en la red estatal en Conceição do Coité.

Palabras-clave: Estudiantes ordos. Inclusión. Rutina escolar. Escolarización.

ABSTRACT: This article discusses the schooling of deaf students questioning how the inclusion of the deaf student alters the school routine and impacts the discussions about the difference. To this end, the text presents reflections from the inclusive legal frameworks in education and from theoretical and conceptual discussions about school life with Ferraço (2006) and Alvez; deafness with Skliar (1999) and Strobel (2009); inclusion with Miranda (2006); and Experiences with Larrosa (2002), among others, and data from a survey carried out in a systematic review using a database of dissertations and theses

[1] Mestranda em Educação e Diversidade (MPED – Coité) (2018 – 2020) Pós-graduada em Libras Interpretação e Docência, (2019) e Graduada em História pela UNEB/Campus xiv Professora de Libras na FACITE/BA E FCG/ BA. E-mail: laricerqueira25@gmail.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/2288084395034550

[2] Doutora na área de Literaturas e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica (MG). Mestre em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ju.salvadori@gmail.com http://lattes.cnpq.br/4756726886276840

from Public Universities in Bahia and articles from the Bahia Congress of Inclusive Education As a methodology, we start from the qualitative approach Gil (2010) undertakes to present results based on the theory and data obtained in a systematic review and in the mapping of schooling for the deaf in the state network in Conceição do Coité.

Keywords: Deaf students. Inclusion. School routine. Schooling.

PALAVRAS INICIAIS

Na luta pela inclusão, como paradigma educacional, merecem destaque a *Declaração de Jomtien* (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a *Declaração de Guatemala* (UNESCO, 1999). Todas essas, possibilitaram que uma educação inclusiva fosse construída, pois, como afirma a *Declaração de Salamanca* (UNESCO, 1994, s.p.), "as escolas inclusivas devem reconhecer as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos".

A partir do final do século XX – mais precisamente com a universalização da educação e, no Brasil, com promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estado tornou-se responsável por atestar que à educação especial não fosse mais ofertada como modalidade substitutiva, mas como complementar, garantindo que a escolarização da pessoa com deficiência ocorresse preferencialmente na rede regular.

A educação brasileira tem sido impactada por esses paradigmas de inclusão, configurando, assim, novas políticas de inclusão como mostra o documento da *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008) e, regionalmente, as *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (BAHIA, 2017).

Este artigo além de apresentar os dados coletados na revisão sistemática e mapeamento realizado pelo grupo de estudo e pesquisa SERLIBRAS, também busca responder a seguinte questão: o que as pesquisas contemporâneas sobre escolarização de surdos apontam quanto aos desafios enfrentados no cotidiano escolar para implementação desse paradigma inclusivo?

Afim de responde-la, busca-se um diálogo riquíssimo e importante com o embasamento teórico de Escolarização, surdez e educação inclusiva, conciliando-o com reflexões teóricas acerca do cotidiano escolar.

SURDEZ, IDENTIDADES E PERSPECTIVAS INCLUSIVAS

O termo surdez aparece com as lutas da comunidade surda, para contrapor outras denominações, tais quais: "mudo", "moco", "mudinho", "deficiente auditivo" (PEREIRA, 2015). Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (DECRETO 5626/2005).

Segundo Pereira (2015), a terminologia "surdez" é uma reivindicação do sujeito que passa a lutar politicamente pelo poder e se, auto representa e enuncia sua identidade linguística, sua historicidade e sua comunidade cultural. Ser surdo passou a representar, a partir dos anos oitenta do século passado, inclusive no Brasil, ser integrante de um grupo étnico, minoritário

(LOPES, 2011). Para Skliar (1998) a surdez se constitui de uma diferença a ser politicamente reconhecida, compõe-se de uma identidade múltipla ou multifacetada. Podendo ser compreendida como uma diferença normal ou natural (SÁ, 2006).

Na lei 10.436/02 a língua brasileira de sinais (LIBRAS) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão (BRASIL, 2002). Em 2002, foi publicada uma lei especifica que versa sobre a educação de surdo no país, a Lei nº 10.436 que reconheceu a

> Língua Brasileira de Sinais como uma forma de comunicação e expressão legalmente estabelecida, Libras, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Lei, 10.436, BRASIL, 2002).

Nos termos da Lei 180/2004, a Libras seria inserida nas escolas como componente curricular. Se as crianças surdas sendo alfa-letradas em Libras e tivessem a presença de intérpretes nas escolas, o aprendizado de conteúdos diversos teria outro panorama do que encontramos em sala hoje: alunos surdos copistas. Mas, o quadro relacionado nas escolas é outro. Há em muitas realidades escolares em que a Libras não é ensinada nem mesmo em turno oposto, onde não há intérpretes em número razoável para atender aos surdos matriculados, ou funcionários que saibam Libras, nem mesmo para dar informações básicas, a dicotomia entre uma língua e outra não impede o encontro delas no ambiente escolar, no entanto é

> A existência como uma diferença declarada na escola é um elemento capaz de fazer pensar a instituição e o currículo produzido pela mesma. A pluralidade dos sujeitos existentes nesta, já não pode ser analisada como uma abertura permitida, mas sim, como resultado de uma ótica onde a diferença e a pluriconstituição dos sujeitos ocupam lugares transitórios e polêmicos juntos na diversidade em destaque. (BRITO, 1998, p. 119).

O processo de inclusão deve reconhecer as diferenças existentes e não normatizá-las, pois não se deve almejar, transformar um surdo em ouvinte, uma vez que, mesmo historicamente havendo a supremacia do ouvintismo e da oralidade nas práticas pedagógicas, não se deve negar o direito à diferença linguística e cultural do alunado surdo. Segundo as Diretrizes Baianas de Educação Inclusiva,

> Para a efetiva inclusão do aluno surdo no âmbito escolar e social, é necessário que, inicialmente, ele se constitua como sujeito linguístico bilíngue, ou seja, que ele adquira a sua língua natural, a de sinais (em interações sociolinguísticas), e a língua majoritária de seu país, na modalidade escrita. Desta forma, recomenda-se que o seu processo de escolarização seja realizado na escola bilíngue ou em classes bilíngues para surdos, principalmente na Educação Infantil e no Ensino fundamental, período no qual está se consolidando a aquisição da língua. (BAHIA, 2017, p. 53)

Ou seja, compreende-se que para que haja de fato o processo de escolarização inclusiva do estudante surdo é recomendado que ele tenha a aquisição da Língua Brasileira de sinais (L1) e seja iniciado seu processo de aprendizado na Língua Portuguesa na modalidade escrita, assim define-se então, que é de suma importância garantir o direito adquirido ao aprendizado em Libras para os surdos e ouvintes, como rege o Decreto 5.626 (BRASIL, 2002).

Revisão sistemática da escolarização de surdos

Sendo este artigo de metodologia qualitativa foi realizado um estudo exploratório e descritivo (Gil, 2010), do levantamento de dados nos repositórios de trabalhos produzidos em âmbito da pós-graduação brasileira, nos anais da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), de Conceição do Coité, bem como nos anais do CBEI (Congresso Baiano de Educação Especial e Inclusiva. As buscas foram realizadas com os seguintes descritores:

"SURDOS"
"ESCOLA" *AND* "INCLUSÃO" *AND* "SURDOS"
"EDUCAÇÃO INCLUSIVA" *AND* "ESCOLARIZAÇÃO" *AND* "SURDOS"
"EXPERIÊNCIA" *AND* "INCLUSÃO" *AND* "SURDOS".

A escolha dos descritores acima se deu a priori pela temática pesquisada e em consonância com as aulas de Educação Inclusiva, pois a partir de estudo teórico realizado e da reelaboração do projeto inicial de pesquisa, foi possível perceber que estes conceitos categóricos ganhavam espaço no texto. E os repositórios foram escolhidos também na pesquisa exploratória dos trabalhos que tinham as categorias citadas.
Quadro de nº 1. Apresenta os descritores, repositórios e quantidade de trabalhos encontrados.

DESCRITORES	CAPES	CBEE	CBEEI	UNEB/C	TOTAL
"SURDOS"	2.297	119	3	5	2.424
"INCLUSÃO"	35.437	547	9	0	35.964
"ESCOLA" *AND* "INCLUSÃO" *AND* "SURDOS"	384	41	1	0	425
"EDUCAÇÃO INCLUSIVA" *AND* "ESCOLARIZAÇÃO" *AND* "SURDOS"	2.394	29	4	0	2.423
"EXPERIÊNCIA" *AND* "INCLUSÃO" *AND* "SURDOS"	81	69	2	0	150

Nesta fase de pesquisa exploratória da revisão sistemática foram incluídos os trabalhos que:

1. Apresentassem os descritores no título, resumo e/ou palavras-chave;
2. Tivessem sido realizados entre 2002, ano de oficialização da lei que reconhece Libras como língua oficial, e 2018;
3. Trabalhos realizados em instituições públicas e baianas;
4. Trabalhos nos quais os surdos fossem participantes da pesquisa.

Sendo excluídos trabalhos que não dialogavam com a proposta desta investigação e que não se encaixavam nos critérios de inclusão apresentados.

1.Trabalhos que não apresentaram as categorias de surdez, experiência, inclusão e escolarização;

2.Trabalhos que não estavam datados a partir de 2002 e pesquisas que não fossem provenientes de instituições públicas e baianas

3. Que não tivesse surdos como participantes

(Quadro de nº 2. Apresenta a quantidade de trabalhos selecionados para a pesquisa que está em fase de análise de dados para a defesa)

TRABALHOS SELECIONADOS		
CATEGORIA	**REPOSITÓRIO**	**QUANTIDADE**
ARTIGOS	CBEE CBEEI	2 4
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO	CAPES	2
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL	CAPES	1
TESE	CAPES	1
TCC - GRADUAÇAO	UNEB	3
TOTAL		**13**

Assim, após a utilização dos critérios de exclusão e inclusão, os trabalhos selecionados para leitura apresentam aprofundamento e embasamento, tanto teórico quanto metodológico, sendo eles artigos, trabalhos de graduação, dissertações de mestrado acadêmico e profissional e tese de doutorado que dialogam com a presente pesquisa.

Partindo dos dados obtidos e do levantamento sobre a inclusão de surdos em Conceição do Coité realizadas pelo SERLIBRAS[3], sempre foi exposto, em relatórios e apresentações, que os surdos matriculados e/ou aqueles que permanecem nas escolas têm suas dificuldades acentuadas pela falta da Libras.

O NTE 04, localizado na rua José Carneiro da Silva, Serrinha (BA), é responsável por 57 escolas localizadas nos 20 municípios do Território do Sisal. A rede estadual em Conceição do Coité contém 11 colégios localizados na zona rural e urbana, que atendem em média 5.300 alunos. Dentre esses oficialmente matriculados, 2 são surdos, conforme dados fornecidos pelo NTE:

[3] Grupo de Pesquisa pertencente a UNEB/Campus XIV da qual a mestranda é membra desde 2014 quando ainda estava na graduação em Licenciatura em História.

Matrícula da Rede Estadual de Ensino e estudantes que declararam possuir Surdez - Conceição do Coité - Bahia - CENSO 2018

NTE	MUNICIPIO	COD MEC	UNIDADE ESCOLAR	Total Matricula	Possui Surdez
00004	CONCEICAO DO COITE	29137900	EE - COLEGIO ESTADUAL RIO BRANCO - DIST DE JUAZERINHO	316	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29432200	EE - COLEGIO ESTADUAL PROFESSORA OLGARINA PITANGUEIRA PINHEIRO-TEMPO INTEGRAL	420	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29137845	EE - COLEGIO ESTADUAL YEDA BARRADAS CARNEIRO	586	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29137853	EE - COLEGIO POLIVALENTE DE CONCEICAO DO COITE	1.042	1
00004	CONCEICAO DO COITE	29137870	EE - COLEGIO ESTADUAL HAMILTON RIOS DE ARAUJO POV DE SAO JOAO	308	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29138043	EE - COLEGIO ESTADUAL ANTONIO BAHIA	565	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29138434	EE - ESCOLA ESTADUAL JOAO CARNEIRO - POV VILA DO CARNEIRO	232	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29138442	EE - COLEGIO ESTADUAL DE BANDIACU - POV DE BANDIACU	355	1
00004	CONCEICAO DO COITE	29139155	EE - COLEGIO ESTADUAL DUQUE DE CAXIAS - DIST DE AROEIRA	423	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29139325	EE - COLEGIO ESTADUAL JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA - DIST DE SALGADALIA	557	-
00004	CONCEICAO DO COITE	29460840	EE - CENTRO NOTURNO DE EDUCACAO DA BAHIA-CENEB DE CONCEICAO DE COITE	537	-
			Total:	5.341	2

Fonte: SEC, MEC/INEP

Elaboração: DIE/SGINF

Quadro de nº 3: Alunos matriculados na rede estadual de Conceição do Coité 2019
Fonte: NTE/04

Escolarização e alunos com Surdez em Conceição do Coité

As experiências visuais dos surdos e orais dos ouvintes se encontram, promovem um cotidiano as vezes barulhento às vezes silenciado, no entanto podendo ser dialogado e (Bhabha 1998 apud FERRAÇO 2006) possibilita compreender é que as alternativas inclusivas, arquitetônicas, pedagógicas e linguísticas precisam ser construídas no entre-lugar desses supostos lados: ouvintes e surdos.

Diante da realidade mapeada em Conceição do Coité, mais precisamente na rede estadual de Educação, é necessário abranger o olhar para o campo da heterogeneidade não somente com os surdos, mas também com os ouvintes que compõe o espaço escolar, em lugares e temporalidades diferentes. Os colégios estaduais que têm ou tiveram a presença da surdez são instruídos a

> Compor um espaço educacional aberto à curiosidade e a indagação sobre o mundo e os seus sujeitos, fomentando a investigação e a experiência como elemento condutor na apropriação dos conhecimentos, acolhendo os diversos saberes e formas de expressões e interações (BAHIA, 2017).

Karin Strobel (2009) afirmou que a cultura surda entende o mundo a partir de suas percepções visuais e isto abrange língua, ideias, costumes e hábitos. Como não se tem na realidade local na cidade de Conceição do Coité as escolas especificas para surdos eles mesmo sendo em pouca quantidade estão nas escolas regulares e em muitas realidades sem a presença do intérprete que em sala de aula torna-se fundamental para o processo de aprendizagem do aluno surdo.

A presença da surdez na escola oferta um olhar que também é cultural, por compreender que os estudantes surdos pertencem à modalidade gestual-visual, e no espaço escolar isso se dá

em ações aparentemente simples, mas que promovem a inclusão, quando por exemplo os avisos são expostos em lugares visíveis e acessíveis,

O próprio documento das Diretrizes Baianas vem ressaltando que

> as classes bilíngues são espaços educacionais que desenvolvem o processo regular de escolarização[...] essas escolas se instalam em espaços arquitetônicos próprios e nelas devem atuar professores bilíngue sem a mediação de intérprete na relação professor e aluno e sem a utilização do português sinalizado (BRASIL, 2014 apud BAHIA,2017, p.35).

Em Conceição do Coité, as pesquisas sobre os surdos na escola regular têm relatado e exposto uma pequena quantidade de surdos que frequentam a escola[4], sendo, atualmente, sete atendidos pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE)[5] e dois matriculados na rede estadual de ensino. Os dados também revelam uma disparidade grande entre os números de estudantes ouvintes e de surdos. Escolarizar foi e continua sendo um desafio para a escola e também para o Estado. A rede também conta com alguns (poucos) egressos que conseguiram concluir o ensino médio e outros que desistiram ao longo dos anos letivos

Há o acesso ao atendimento educacional especializado (AEE), pois no caso dos estudantes surdos eles são também matriculados no CAEE e atendidos por horários marcados. Nesse atendimento o profissional faz uso de várias metodologias: ensino da Libras, auxílio nas atividades escolares, principalmente se por necessidade de aprendizagem, pois como é descrito

> A instituição especializada pode dispor de equipe interdisciplinar, equipamentos, materiais e recursos didáticos específicos para atender às necessidades dos estudantes público alvo da Educação Especial, e tem também enquanto atribuições oferecer formação e orientação para profissionais da área da educação e familiares. Trata-se de um espaço que deverá se constituir como centro de estudos e pesquisas na área da Educação Especial. (BAHIA, 2017, p. 40)

Para a efetiva inclusão do aluno surdo no âmbito escolar e social, é necessário que, inicialmente, ele se constitua como sujeito linguístico bilíngue, ou seja, que ele adquira a sua língua natural, a de sinais (em interações sociolinguísticas), e a língua majoritária de seu país, na modalidade escrita. Desta forma, recomenda-se que o seu processo de escolarização seja realizado na escola bilíngue ou em classes bilíngues para surdos, principalmente na Educação Infantil e no Ensino fundamental, período no qual está se consolidando a aquisição da língua (BAHIA, 2017, p. 53). Entendendo que, a abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, quais sejam: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. (ALVES; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010)

Segundo Cardoso (2017), a proposta da escolarização inclusiva implica também construir um processo bilateral para equiparação de oportunidade para todos; promover educação para as diferenças; ter uma política orientada para o respeito e valorização das diferenças. Nessa perspectiva, segundo Chincon (2012, p. 214), "a educação tem hoje, portanto, um grande desafio: garantir o acesso básico que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive aqueles públicos, alvo da Educação Especial". Uma vez que o espaço escolar é um local no qual existem várias normas, valores, crenças e diferenças, o que lhe possibilita ser um espaço inclusivo por excelência e que tem sido alvo de reflexões debates.

[4] Levantamento realizado no ano de 2019 para saber o quantitativo de surdos existentes nos colégios estaduais da cidade.

[5] Informação concedida em pesquisa de Levantamento no ano de 2019.

Cotidianos escolares e surdez

Tendo em vista toda discussão do cotidiano escolar dos alunos surdos e suas relações com ouvintes na escola, pode se entender que este ambiente é sempre heterogêneo, seja em seja para ouvintes, para surdos ou para ambos estando neste mesmo local.

Este cotidiano por vezes pesquisado e discutido como campo de exclusão precisa ser olhado pelo entre – lugar, em que os currículos sejam vistos e não segregados sob um olhar disciplinador, que reconheça sem negar a dimensão da pluralidade existente para o ser surdo ou ouvinte, uma vez que as coisas são inventadas através da imagem e passam a existir para e em nós quando as nomeamos. E muitas vezes no cotidiano escolar usamos o outro para direcionar as ações realizadas, críticas, apontar erros, no entanto "somos em certa medida o outro" (SKLIAR, 2003, p.13).

As situações do dia a dia, os fragmentos das histórias vividas fazem o cotidiano ser inventado (CERTAU, 1994 apud FERRAÇO 2006), como a escola tem sido. Portanto, quando se mergulha no pesquisar cotidiano se encontra outros saberes, fazeres que protagonizam a escola. Nilda Alves (2001), descreve que para as pesquisas do/no cotidiano se fazem a partir e com os seguintes aspectos: ir além no ambiente de pesquisa, compreender teorias, conceitos e noções, incorporar a noção de complexidade e beber das informações da fonte assumir novas preocupações ou seja, nova vida literaturizada e que as narrativas destes sujeitos que fazem o cotidiano nos seus diferentes lugares de narradores.

No espaço escolar marcado pela heterogeneidade da presença de surdos, é preciso pontuar as diferenças existentes entre eles e os ouvintes. Normalmente as experiências vivenciadas e narradas são orais paras os surdos, elas são construídas no campo visual, no entanto, eles fazem acontecer o cotidiano escolar. Neste contexto é percebível que se não há a Língua de Sinais estas experiências acontecidas se configuram numa forma isolada: de um lado os estudantes surdos e alguns (poucos) E do outro os sujeitos ouvintes. Com isto, é preciso entender que "Os surdos começam a se narrar de forma diferente ao serem apresentados por outros discursos, a desenvolver novas identidades surdas fundamentada na diferença" (SKLIAR, 1998, p. 12)

ENTRE PALAVRAS E PROVOCAÇÕES FINAIS

Ao que fora dito ao longo deste texto, percebe-se que as discussões sobre a inclusão de surdos nas escolas regulares potencializam a diferença e a demanda que a inclusão provoca. Reconhecendo a historicidade dos surdos e as lutas para acessar a escola e junto a isso ser reconhecido por sua identidade de surdo, com língua, cultura próprias. Também pelo que foi apresentado a partir do levantamento teórico e do mapeamento realizado em Conceição do Coité perpassando pelas discussões de inclusão e das experiências que cotidiano escolar tendo surdos como alunos podem e experienciam.

Falar de diferenças, inclusão de surdos e cotidiano escolar expõe uma necessidade e um direito educacional: incluir e garantir acesso e ensino a todos reconhecendo suas diferenças. O que esse texto buscou entrelaçar não foi somente os conceitos embasados na teoria, mas as reflexões das realidades que temos em nossas escolas. Muitas vezes não só marcados pelos silêncios dos surdos e sim pela falta de voz dos ouvintes, pelas políticas educacionais não efetivadas, pela ausência dos profissionais de intérprete não contratados, pela ausência da Libras até mesmo para os estudantes surdos.

Considerando o processo histórico do paradigma inclusivo, das lutas por políticas educacionais, entendendo que não se faz inclusão sozinho, e que há necessidade de inspirar novas práticas que possibilitam a inclusão, é que a (in)conclusão deste artigo se dá não para que estas reflexões sejam concluídas, mas para que elas sejam difundidas e aprimoradas em outros estudos e pesquisas, tais como outros artigos, monografia, dissertação de mestrado acadêmico ou profissional e teses de doutorado, promovendo o diálogo colaborativo e interinstitucional que também entrelace as nuances das perspectivas inclusivas.

REFERÊNCIAS

AGEITEC. **O território do sisal**. Disponível em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br; acessado em 23 de jun. de 2019.

ALMEIDA, M.R.P. **Narrativas de sujeitos surdos**: relatos sinalizados de uma trajetória. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás: Catalão, 2017.

ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I.B.; ALVES, N. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas***:* sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALVEZ, C.B.; DAMÁZIO, M. M. FERREIRA. J. P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez /- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**: pessoas com deficiências, transtornos globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Diário Oficial do Estado: Salvador, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Diário Oficial da União: Brasília, 2005.

BRITO, L. F. Língua Brasileira de Sinais - Libras. In: _____. (Org.) BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 1998.

CHINCON, J. F. Educação Física na escola: caminhos para inclusão. *In*: MENDES. E.G.; ALMEIDA, M.A (Org.). **Educação Especial e Inclusiva**: legados históricos e perspectivas históricas. São Carlos: ABPEE, 2015.

CARDOSO, J. M. O. de C. **Utilização pedagógica das novas TIC no atendimento educacional especializado a surdos nas escolas públicas inclusivas na cidade de Serrinha**, Brasil, 2017. Asunción.

FERRAÇO, C. E. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In: OLIVEIRA, I.B.; ALVES, N. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas***:* sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 91-108.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan./abr. 2002.

LOPES, M. C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In SKLIAR, C. (ORG.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. P. 105 - 121.

MACÊDO, E. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. 2006.** Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200007> Acesso em: 23 fev. 2020.

MATTOS, N. M. **Inclusão e docência**: a percepção dos professores sobre o medo e preconceito no cotidiano escolar. Tese de Doutorado. Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2014.

PEREIRA, Alex Sandrelanio dos Santos**. Cultura e educação sócio-comunitária**: uma perspectiva para o ensino de história e surdez. São Paulo. América, 2015.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, Carlos (Org.). **Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. **Revista de Educação e processos inclusivos**. UFSC/CED/NUP: Florianópolis, n.5, 2003.

QUADROS, R. M. de. KARNOPP, L. B **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. **Revista de Educação e processos inclusivos**. UFSC/CED/NUP: Florianópolis, n.5, 2003.

SÁ. N.R.L de**. Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SKLIAR, C**. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças**. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC. 2018.

STROBEL, K. L. **Os desafios da inclusão: uma experiência pessoal**. **Revista feneis**. Rio de Janeiro, n.9, 2007.

VIEIRA- MACHADO, L. M. da C. **Os surdos, os ouvintes e a escola**: narrativas, traduções e história Capixabas. – Vitória: EDUFES, 2010.